

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Indústria 4.0 na ZFM

Programa do governo federal disponibiliza até R\$ 100 milhões para modernização das fábricas do PIM

ANTÔNIO PAULO

antonipaulo@critica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O Diário Oficial da União desta segunda-feira (21) publica Resolução do Conselho de Administração da Suframa (CAS) que incentiva a migração das fábricas instaladas na Zona Franca de Manaus para o conceito de Indústria 4.0. É a chamada quarta revolução industrial, caracterizada por um conjunto de tecnologias que permite a fusão do mundo físico, digital e biológico nos processos produtivos, etapas da cadeia de valor e distribuição. Medidas incluem alíquota zero para a importação de robôs, capacitação profissional e recursos para fábricas do futuro. Essas ações fazem parte da Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, anunciadas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em março deste ano no Fórum Econômico Mundial.

O governo estima que a medida promova investimentos da ordem de R\$ 80 milhões a 100 milhões por ano em projetos de PD&I que se refiram à indústria 4.0, apenas na região da Zona Franca de Manaus. No total, serão disponibilizados cerca de R\$ 9,1 bilhões à indústria nacional.

Saiba mais

>> Financiamento

Instituições financeiras públicas e privadas vão oferecer linhas de crédito especiais para a modernização das fábricas, produção de máquinas ou sistemas. A iniciativa envolve atualmente Finep, BNDES e BASA, cujas linhas de crédito somam cerca de R\$ 9,1 bilhões.

A Resolução será específica para as empresas que produzem bens de informática beneficiados no âmbito da Zona Franca de Manaus e para aquelas que têm aplicação em pesquisa, desenvolvimento e inovação por meio da dispensa de etapa do processo produtivo básico com aplicação em P&D&I em portarias interministeriais específicas. O texto, aprovado na última reunião do CAS, em 4 de maio no Acre, permite que as empresas que produzem bens de informática na Amazônia Ocidental e no estado do Amapá apresentem, em sua programação obrigatória de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação para a obtenção de incentivos fiscais específicos da região, atividades orientadas para sua atuali-



Setor de duas rodas é um exemplo onde o adensamento tecnológico não implicou em redução da mão de obra

zação tecnológica e capacitação rumo à Indústria 4.0.

O documento vai disciplinar a elaboração dos projetos e a execução dos investimentos. Ela determina que sejam reconhecidos como investimentos em atividades de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) os gastos na execução ou contratação das atividades que se refiram à aquisição de máquinas e equipamentos 4.0, como robôs

industriais e colaborativos, sensores e máquinas de comunicação avançada. Também podem ser incluídos como investimentos em PD&I: o desenvolvimento e a integração de Sistemas Ciber-Físicos, que permitem a dotação de inteligência computacional e outras tecnologias para uma manufatura inteligente, conectada e automatizada, assim como o desenvolvimento de sistemas inteligentes para proces-

sos de produção e a realização de investimentos em test beds ou fábricas do futuro.

Também podem ser deduzidos os gastos com o aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos impactados pela robotização e automatização na indústria 4.0 e investimentos no processo de manufatura enxada e automatizada, assim como a automatização, digitalização e conectividade da fábrica.

Entrevista > Marcos Jorge de Lima

Ministro da Indústria explica os principais impactos da implementação da indústria 4.0 na Zona Franca de Manaus

'Sempre haverá mão de obra sendo empregada'

Quais os impactos da Indústria 4.0 na Zona Franca de Manaus e na Amazônia?

O programa visa fomentar a modernização das nossas indústrias todo País e também na Zona Franca de Manaus. Alguns pontos da agenda que já foram lançados: redução à zero de imposto de importação de robôs colaborativos não produzidos no Brasil; edital dos Test Beds, ou seja, dos projetos-pilotos com alguns setores que estão sendo selecionados para iniciarmos a implementação com aporte do setor privado. Especificamente para a Região Norte, além do BNDES e da Finep, temos aporte do Basa, com financiamento via FNO.

A robotização e a modernização não vão levar ao desemprego?

Embora estimule de todas as for-

mas a implementação da Indústria 4.0, o governo vê com grande preocupação, por isso, temos parte do programa voltado para a educação; temos a plataforma supertech para linkar a demanda do setor privado com a necessidade de qualificação local. Quando falamos de robôs colaborativos é justamente com esse conceito de trabalho humano com a automação dentro da indústria.

Há algum caso concreto no PIM?

Nós temos um exemplo no PIM que é a Indústria de duas rodas. É uma indústria que produz bastante, que é referência e que tem uma utilização muito elevada de mão de obra porque tem várias partes da montagem que envolvem a mão de obra humana. Isso não vai sair desse modelo. Vai haver grande produtividade, haverá maior adensamento tecnológico nas fábricas, entretanto, sempre haverá

Perfil

Marcos Jorge de Lima

IDADE: 39 anos
NATURALIDADE: Rio de Janeiro (RJ)
PROFISSÃO: Administrador Legislativo
FORMAÇÃO: graduação pela Universidade do Sul de Santa Catarina e mestre em Administração Pública.
CARGO ATUAL: Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

o trabalho colaborativo, ou seja, mão de obra sendo empregada.

Dentro desse programa da Indústria 4.0, como se inserem as medidas da nova Lei de Informática?



A preocupação do governo federal é que tenhamos mecanismos de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). E aqui, no Ministério da Indústria, temos uma preocupação muito forte com o Polo Industrial de Ma-

naus, com toda a região de abrangência da Suframa. Desde a gestão do ministro Marcos Pereira, levantamos pontos que eram fundamentais para o desenvolvimento do P&D, para o fomento de toda a cadeia produtiva. A MP 810 (Lei de Informática) está possibilitando o reinvestimento das glosas de pesquisa e desenvolvimento na própria região, flexibilizando inclusive esses investimentos.

E o novo CBA, agora uma Organização Social, também se beneficiará?

O CBA, com nova personalidade jurídica, vai poder receber também esses recursos; esse importante centro não somente de biotecnologia, mas de bioeconomia, que estava amarrado pela burocracia, vai poder também captar recursos para fazer pesquisa e desenvolvimento. Resol-

Nova Lei de Informática vai à sanção

Após aprovação pelo Senado na última quarta-feira, vai à sanção do presidente da República o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/2018, corrente da Medida Provisória (MP) 810/2017, que autoriza empresas de tecnologia a investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação como contrapartida para recebimento de isenções tributárias. A proposição prevê 3 para 48 meses o prazo para as empresas reinvestirem valores pendentes.

Na mesma MP 810 foi aprovada uma emenda do deputado federal Pauderney Azeiteiro (DEM-AM) que garante cursos para manutenção do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), que atua com personalidade jurídica própria. O ato normativo que transforma o CBA em Organização Social foi aprovado na terça-feira (15) por ministros da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge de Lima, e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Esteves Colnago. O CBA terá recursos da indústria de informática para fazer pesquisa na região Amazônica. Isso é um passo largo em direção ao futuro", destaca Pauderney.

vemos o problema do CBA, vamos o problema das despesas de investimentos em P&D. E estamos falando de mais R\$ 700 milhões nos próximos quatro anos, além R\$ 500 milhões/ano obrigatórios são investidos na região.

Nesses dois anos que o senhor atua no MDIC, quais medidas foram tomadas para favorecer a Suframa?

Nos dois últimos anos destaco, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa cerca de 350 projetos industriais e de serviços. Os investimentos ultrapassam o valor de R\$ 4,5 bilhões, com a geração de 7,5 mil postos de trabalho nos próximos três anos na região. O MDIC, em parceria com a Suframa, avançou rapidamente na redução do backlog de análise dos investimentos em P&D no Polo Industrial de Manaus. Entre o início de 2016 e 2017, o passivo reduziu cerca de 70%. O tempo médio de análise passou de dois anos para 1 ano. O MDIC espera que até o final de 2018 o estoque de projetos a serem analisados seja eliminado.